



APEPREV

Revista Digital Institucional
VOLUME 02/2024 - Outubro



APE PREV



Mais conteúdo
previdenciário para **você!**

SUMÁRIO

- Página 03* Conheça a Diretoria da APEPREV
- Página 04* Da Necessidade de Estudos Prévios às Alterações Legais Relacionadas à Estrutura Funcional e Remuneratória dos Segurados dos RPPS como medida necessária para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS - **Cláudia Fernanda Iten**
- Página 06* O que fazer quando o órgão não repassa a contribuição do servidor cedido? - **Bruno Martins**
- Página 08* Maringá Previdência: uma gestão de sucesso
- Página 10* CAPIVARIPREV implanta Prova de Vida por biometria facial
- Página 12* Investimento imobiliário e o segmento de Galpões Logísticos
Vinci Partners
- Página 14* Investimento em tempos de incerteza
MAG Investimentos
- Página 16* Quando as menores são maiores que as grandes
4UM Investimentos
- Página 18* Os ciclos econômicos e o longo prazo
Barrisul
- Página 20* As características dos investimentos em Small Caps e o papel da gestão ativa - **Itajubá Investimentos**
- Página 22* LAI x LGPD: objetivo de cada uma das leis
Joane Weinert
- Página 24* Importância da Alocação de Ativos para RPPS
Bradesco
- Página 26* O papel da tecnologia na qualidade de vida dos servidores públicos
MWP Gestão Pública
- Página 28* Credenciamento inteligente: processo sob medida
LEMA Consultoria
- Página 30* Fundos para RPPS em tempos de incerteza
Sicredi
- Página 32* Belém será a primeira capital a conceder empréstimo consignado com funding do RPPS no país - **Agenda Assessoria**
- Página 34* Pró-Gestão: um caminho para governança efetiva nos RPPS
Crédito e Mercado

EXPEDIENTE

REVISTA INSTITUCIONAL APEPREV MAIS (+)
VOLUME 02/2024 - Outubro (Publicação Bimestral)

Produzido por APEPREV

Projeto gráfico e diagramação: Joane Reddin

Corpo Editorial: Márcio Apolinário e Joane Reddin

Apoio Institucional: Faculdade Anasps

Publicado e Distribuído Digitalmente por APEPREV

Av. Candido de Abreu, 660 - Sala 407 | Curitiba-PR
Contato: (41) 98791-4672 - apeprev@apeprev.com.br

Os conteúdos publicados passam por curadoria editorial para garantir qualidade e relevância ao setor previdenciário. As opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam, necessariamente, o posicionamento institucional da APEPREV.



Conheça a Diretoria da APEPREV

A APEPREV é constituída pela reunião de pessoas que desejam discutir e difundir os princípios previdenciários em prol dos RPPS do Paraná. Através da sua representação, planejamento estratégico, desenvolvimento de projetos, gestão financeira, networking e visão estratégica, a diretoria pode atender às necessidades e interesses dos associados, defender seus interesses e contribuir para o desenvolvimento do setor. A atual estrutura da Diretoria da APEPREV foi eleita em 16 de Abril de 2021 para assumir a Gestão 2021-2025. Veja os membros desta gestão abaixo:

GESTÃO

Márcio Oliveira Apolinário - Presidente / Jussara-PR
Edirlene Rodrigues Milharesi - Vice-Presidente / Loanda-PR
Paulo Sérgio Bernardino de Oliveira - 1º Secretário / Sarandi-PR
Mary Stela da Silva Bogarim - 1º Tesoureiro / Campo Tenente-PR
Patricia Schedolsky Molenda - 2º Tesoureiro / São Mateus do Sul-PR
Marcus Evandro Giarola - Procurador Jurídico / Atalaia-PR
Ivan Carlos Cunha Fernandes - Coordenador de Eventos / Ângulo-PR
Luiz Carlos Milharesi - Assessor Jurídico / São Pedro do Paraná-PR
Maria Silvana Barbosa Frigo - Assessora da Presidência / Maringá-PR
Sheila Cristina da Silva - Secretária Executiva / Jandaia do Sul-PR

DIRETORIA REGIONAL

Walter Franzoi - Coordenador Regional Cafelândia-PR
Alisson Rodrigo de Oliveira - Coordenador Regional Imbituva-PR
Márcia Fátima dos Santos Giacomelli - Coordenadora Regional Maringá-PR
Sonia Cristani - Coordenador Regional Nova Prata do Iguaçu-PR
Ernani Speranceta - Coordenador Regional Campina Grande do Sul-PR
Adelaide da Cruz - Coordenador Regional Querência do Norte-PR
Marilda da Silva Barbosa - Coordenador Regional Reserva do Iguaçu-PR
Roseli Fabris Dalla Costa - Coordenador Regional Toledo-PR
Denise Constante da Silva Freitas - Coordenador Regional Umuarama-PR

CONSELHO FISCAL

Alexandro de Marque - Titular / Medianeira-PR
Marcia Regina de Campos - Titular / Turvo-PR
Andreia Cristina da Silva - Titular / Cambé-PR
Adriana Maia Albini - Suplente / Paranaguá-PR



Da Necessidade de Estudos Prévios às Alterações Legais Relacionadas à Estrutura Funcional e Remuneratória dos Segurados dos RPPS como medida necessária para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS

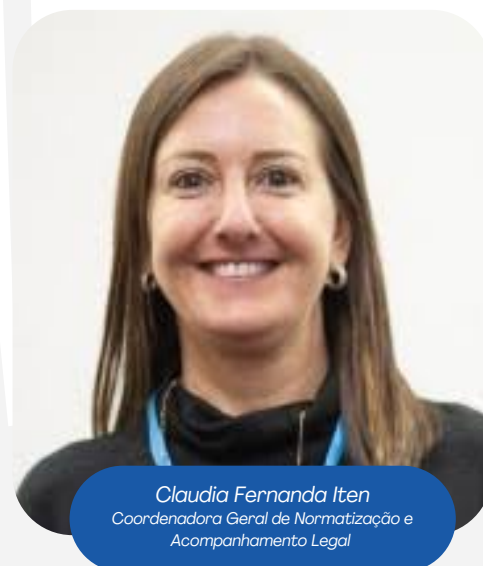
A Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, recepcionada pelo caput do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro 2019, como norma geral que trata dos critérios de organização e funcionamento dos RPPS, prevê em seu art. 1º, que os regimes próprios "deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial".

Por sua vez, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal a ser aplicada por todos os entes federativos, cuidou de exigir também, em seu art. 69, que "o ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferirá-lhe caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial".

O conceito do equilíbrio financeiro e atuarial foi definido pelo § 1º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, e os regimes próprios devem observar as normas de atuária estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social conforme art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998.

Atualmente, os parâmetros técnico-atuariais dos RPPS estão previstos na Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022. Com a promulgação da EC nº 103, de 2019, a legislação de cada ente federativo poderá estabelecer regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadorias e pensões por morte para o RPPS de seus servidores. Para tanto, o Ministério da Previdência Social disponibilizou em seu sítio na internet, orientações e modelos de legislações, assim como um Painel de Acompanhamento dos entes que realizaram a adequação do plano de benefícios.

Sempre que se apresentam propostas e reformas previdenciárias, seja de âmbito nacional como ocorreu na última com a promulgação da EC nº 103/2019 que alterou as regras de benefícios para os servidores públicos federais e para trabalhadores da iniciativa privada, dentre algumas regras de eficácia plena e aplicação imediata a todos os entes que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou mesmo de âmbito local, nos entes que já realizaram a revisão do plano de benefícios, dada a autonomia e competência legislativa concedida pela referida Emenda, vem à tona a discussão sobre mecanismos que devem ser implementados visando o atingimento da sustentabilidade dos regimes previdenciários, ou seja, o equilíbrio financeiro e atuarial e grande parte das discussões recai tão somente sobre a necessidade de aumento da idade mínima, aumento do tempo de contribuição para a concessão de aposentadoria, aumento das alíquotas de contribuição.



O que fazer quando o órgão não repassa a contribuição do servidor cedido?

No âmbito da Administração Pública é possível que o servidor tenha feito concurso para um cargo público de determinado órgão e venha a exercer suas atribuições em outro Órgão Público, Poder ou Ente Federado, mediante o instituto da cessão.



Bruno Sá Freire Martins
Consultor Jurídico Especialista
em RPPS

Instituto que se constitui em um verdadeiro empréstimo do respectivo servidor para atuar por determinado tempo em outro local, a qual pode se dar com ônus para o cedente (órgão de origem) ou sem ônus para esse.

E, é justamente nessa segunda hipótese que surge a controvérsia, já que mesmo cedido, o servidor mantém sua filiação previdenciária junto ao Regime Próprio de origem, como se vê do artigo 1º-A da Lei n.º 9.717/98.

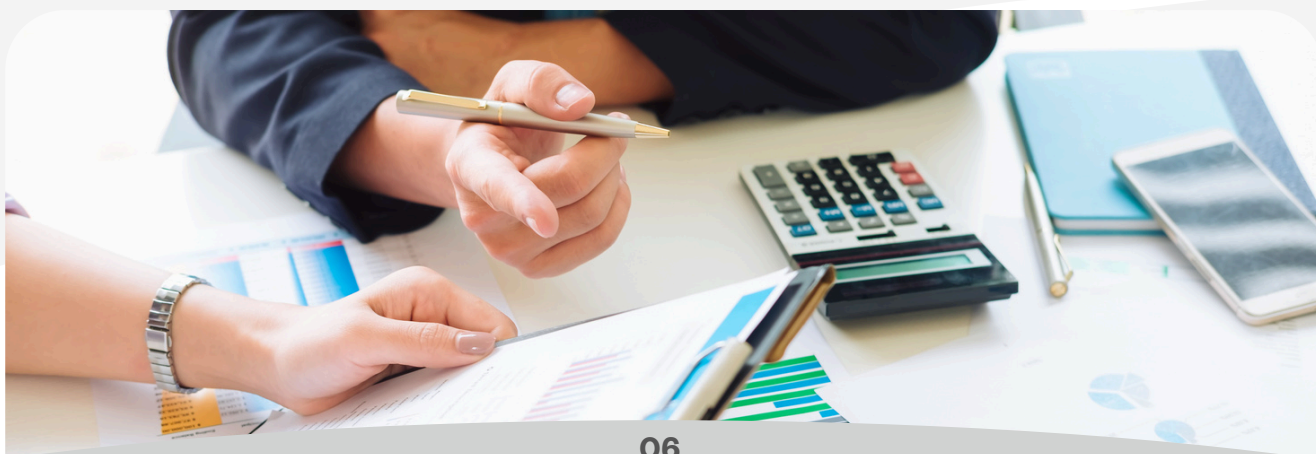
Entretanto, sua remuneração e, conseqüentemente, as receitas previdenciárias que contemplam a contribuição do servidor, a contribuição patronal e os recursos para cobertura de insuficiências financeiras ficam sob a responsabilidade do cessionário, ou seja, sob a batuta do órgão onde ele está atuando.

O que muitas vezes enseja a ocorrência de inadimplências fazendo com que não haja registro de tais períodos contributivos do respectivo servidor durante esse período de cessão. E para evitar essa situação a Portaria n.º 1.467/22 estabelece que:

Art. 20 ...

§ 1º *Caso o cessionário ou órgão do exercício do mandato não efetue o repasse das contribuições previdenciárias no prazo legal, a unidade gestora do RPPS, comunicará ao órgão ou entidade de origem para que recomponha financeiramente o regime, sendo facultado a esse órgão ou entidade buscar o posterior reembolso dos valores correspondentes.*

De forma que nos casos de inadimplemento de contribuições decorrentes do não repasse pelo órgão cessionário compete à Unidade Gestora fazer a cobrança destes diretamente ao órgão de origem, evitando, com isso, que o pagamento não seja efetivado e permitindo-se o cômputo do tempo em questão.



VENAÍ!

RPPS 2025

O QUE

FAZER?

10 a 12 de Fevereiro

EM CURITIBA



APEPREV

Maringá Previdência: uma gestão de sucesso

O Município de MARINGÁ instituiu o Regime Próprio de Previdência em março de 1993 e em 2008 implantou a segregação das massas, Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário no intuito de capitalizar o patrimônio do segundo, acumulando recursos para cumprir com a missão de garantir benefícios aos seus segurados.

Maringá Previdência é uma autarquia que atua com o propósito de aperfeiçoamento constante de suas atividades e processos.

Utilizando ferramentas capazes de promoverem diretrizes eficazes de gestão como o Plano de Ação, Código de Ética, Relatório de Gestão, Relatório de Controle Interno, o Plano de Capacitação dos servidores e a Pesquisa de Satisfação.

Com equipe de servidores comprometidos, a Maringá Previdência vem somando importantes conquistas. Dentre elas, se destacam a Certificação Nível II do Programa de Certificação Institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social – PRÓ-GESTÃO e a frequente renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Os atuais 11.578 servidores ativos, 3.693 aposentados e 865 pensionistas contam com programas de pré e pós aposentadorias, os quais proporcionam atividades diversas desde lazer, educação previdenciária, financeira, inclusão digital, homenagens aos novos aposentados, apresentação do RPPS para novos servidores, entre outros.

Destacam-se o Seminário de educação previdenciária exclusiva para os segurados ativos e o Show de talentos no qual os aposentados e pensionistas são protagonistas de um espetáculo glamuroso e temático, ambos reúnem centenas de participantes, aumentando a cada edição anual.



Equipe Maringá Previdência

A carteira de investimentos, com estratégia conservadora e superando a meta atuarial, no final do mês de agosto ultrapassou patrimônio de um bilhão de reais, distribuídos em 86,51% investidos em renda fixa, 11,08% na renda varável e 2,41% em investimentos no exterior. A gestão dos recursos é compartilhada entre o Comitê de Investimentos, Conselho de Administração e Diretoria Executiva, supervisionada pelo Conselho Fiscal onde 98% possuem as certificações profissionais para RPPS. Desempenham um trabalho sério e pautado na Política de Investimentos bem elaborada, normativas e demais ferramentas disponíveis.

A diretoria executiva é composta por mulheres sendo Diretora-Presidente, Márcia de Fátima da Silva Giacomelli, Diretora de Gestão Previdenciária e Financeira, Maria Silvana Barbosa Frigo e Diretora de Administração e Patrimônio, Fernanda Galvani Cedran, responsáveis pela gestão da unidade gestora do regime próprio de previdência social, no qual envolve gestão de recursos financeiros e concessão de benefícios. As metas estabelecidas são avaliadas constantemente, integram e motivam as equipes para atingi-las, bem como, procuram identificar quais demandas necessárias para uma gestão eficaz.

Especialmente capacitar os colaboradores para que em conjunto as tomadas de decisões sejam eficientes e atendam as obrigações impostas pelos órgãos superiores, prezando sempre a transparência das ações e informações disponibilizadas no site www.maringaprevidencia.com.br.



CAPIVARIPREV implanta Prova de Vida por biometria facial

A previdência social de Capivari, município do interior paulista com 50.068 habitantes (IBGE 2022) e localizado a cerca de 140 km da Capital, inovou e neste ano de 2024 passou a utilizar o sistema de reconhecimento facial para a realização da prova de vida dos seus aposentados e pensionistas.

O serviço foi disponibilizado para os 542 segurados no período de 1º de agosto a 13 de setembro de 2024, através de diferentes canais de acesso online, via Portal do Segurado mantido pelo Instituto e dos aplicativos ASPREV e Gov.br, disponíveis para download gratuito nas lojas virtuais play store e apple store.

O procedimento rápido e seguro pôde ser feito a partir de dispositivos móveis, como smartphone, computador, tablet e outros aparelhos equipados com câmera e acesso à Internet.

“O usuário realizava o seu login individualizado nas plataformas e seguia o passo a passo para registrar uma selfie e imagens frente e verso de um documento oficial de identificação com foto. Tudo muito intuitivo e simplificado”, explica a Diretora Luciana Forte Aranha. “Para alimentar o banco de dados foram utilizadas as informações colhidas durante o grande censo previdenciário para aposentados e pensionistas e recadastramento dos segurados ativos e dependentes, realizados pela autarquia previdenciária no ano de 2023”, conta a Diretora.

Com a prova de vida on-line por biometria facial o CAPIVARIPREV simplificou o atendimento aos seus segurados, em especial aqueles acamados, sob regime de internação, com restrições de locomoção e aqueles residentes em outros municípios, estados e até no exterior, como em Portugal.



“Para estes casos, eliminamos a necessidade das visitas presenciais e procedimentos burocráticos envolvendo cartórios, correios, laudos médicos e outras formalidades. Agora a prova de vida pode ser feita no conforto do lar, com alguns simples toques na tela”, destaca o Presidente Agnaldo Aparecido Tempesta, que completou: “A inovação da prova de vida à distância, online e por biometria facial, vem somar aos esforços conjuntos empreendidos pelo RPPS e Administração Municipal para uma gestão de excelência da previdência social dos servidores públicos de Capivari”.

Além do atendimento virtual à distância, o CAPIVARIPREV manteve a prova de vida na modalidade presencial para os segurados que desejaram realizar o procedimento na sede do Instituto, alcançando 100% do seu quadro de aposentados e pensionistas dentro do prazo previsto.

SE LIGA NA NOVIDADE!



APEPREV



Faculdade Anasps

50%

DE DESCONTO

PÓS-GRADUAÇÃO EM RPPS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A **APEPREV** e a **Faculdade Anasps** agora são parceiras. E os associados da APEPREV têm **50% de desconto** na Pós-Graduação em RPPS e Previdência Complementar.

Acesse o site e conheça todas as opções:
www.anasps.org.br

Investimento imobiliário e o segmento de Galpões Logísticos

Por Ilan Nigri

Considerada uma das maiores classe de ativos do mundo, com valor estimado acima de \$ 300 trilhões, os ativos imobiliários oferecem diversas vantagens que ajudam na diversificação e proteção de uma carteira de investimentos. Entre as suas principais características, podemos destacar: (i) fluxo de caixa constante através dos ativos geradores de renda (ii) baixa correlação com o mercado de ações (iii) proteção contra o aumento de inflação (iv) valorização do patrimônio (v) menor volatilidade quando comparado ao mercado de ações (vi) melhora do Índice de Sharpe de uma carteira (vii) diferentes tipos de estratégias tais como ganho de capital ou geração de renda (viii) a oportunidade de investir em diferentes setores tais como imóveis comerciais, residenciais, industriais ou varejo.

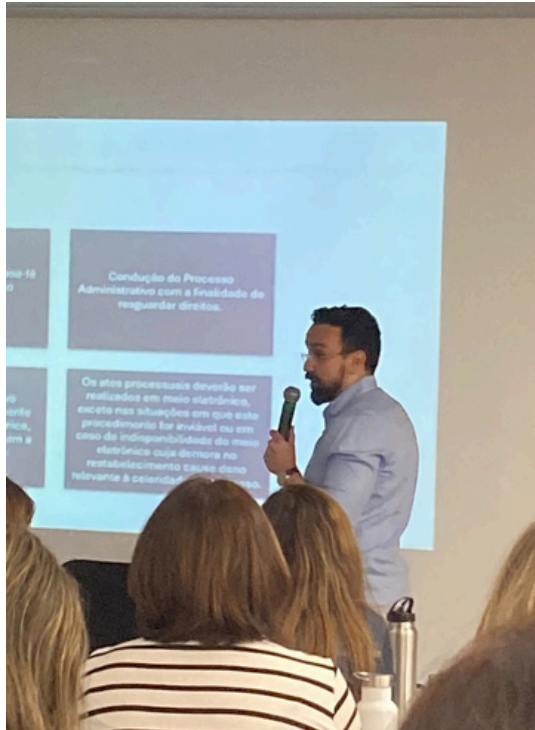
Impulsionado nos últimos anos pelo crescimento do e-commerce e pelo aumento da demanda por espaço de armazenamento cada vez maiores e mais modernos, o setor galpões logísticos tem se destacado dentre os segmentos imobiliários principalmente, após a pandemia, período em que mostrou a sua importância na cadeia de suprimentos e resiliência como ativo imobiliário.

Com um ciclo mais curto de desenvolvimento, capacidade para gerar renda e fluxo de caixa de longo prazo indexado à inflação, este segmento tem se tornado cada vez mais presente nas carteiras de investimentos alternativos que buscam diversificação, geração de renda e valorização de patrimônio.

É interessante notar como cada segmento do mercado imobiliário reage e se adapta as novas tendências e ciclos de mercado. No caso de galpões logísticos, podemos observar uma mudança relevante nas especificações dos projetos e um aumento do investimento em tecnologia por parte dos locatários, principalmente os varejistas de e-commerce. Empresas de comércio eletrônico hoje ocupam centros de distribuição que fazem parte de condomínios logísticos que chegam até 200 mil m² de área bruta locável ou até mais.

Estes imóveis possuem especificações técnicas tais como carga de piso de até 6 toneladas por m², 12 metros de altura de pé direito, iluminação em LED, telhados com iluminação natural, forro com proteção térmica entre outras. Mas além da evolução das especificações técnicas dos ativos, houve também mudanças na dinâmica do setor logístico do Brasil. O aumento do consumo via e-commerce juntamente com a busca por uma entrega cada vez mais rápida e eficiente, proporcionou novas oportunidades de investimentos em regiões que antes não estavam no radar dos desenvolvedores e investidores deste segmento. Sem falar na logística de última milha, que vem atraindo investimentos em galpões próximos aos principais centros urbanos de todo o país.

Concluindo, com um estoque cada vez mais moderno, o mercado de galpões logístico vem crescendo com solidez nos últimos anos gerando oportunidades em diversas regiões do país, impulsionadas principalmente pelo crescimento do e-commerce. Com características que podem ajudar na diversificação e proteção de carteiras, este segmento vem ganhando cada vez mais presença nos veículos de investimentos imobiliários que buscam a estratégia de aquisição de ativos para renda ou desenvolvimento de ativos com foco em ganho de capital.



Investimento em tempos de incerteza

Por Equipe de Gestão

Nos últimos anos, o mercado tem discutido intensamente sobre a dinâmica da economia global, considerando uma ampla gama de cenários possíveis para o crescimento econômico, níveis de inflação e taxas de juros. Além dos fatores macroeconômicos, as discussões geopolíticas atuais, como as guerras no Oriente Médio e no Leste Europeu, adicionam uma camada extra de complexidade na condução das economias regionais.

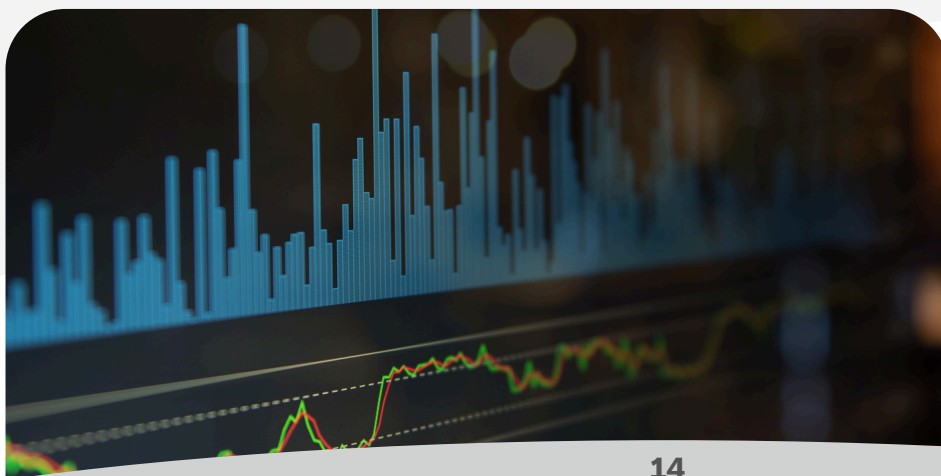
No Brasil, além da dinâmica internacional do mercado, o país enfrenta desafios políticos e econômicos, adicionando um novo recorte às estratégias de investimento. “Em cenários de maior volatilidade nos mercados, a diversificação dos investimentos se torna ainda mais importante.

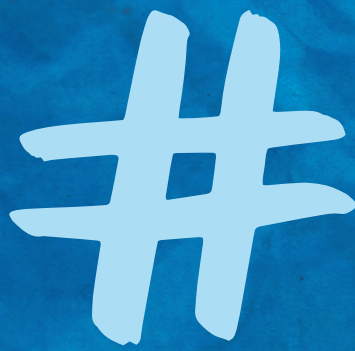
Ela visa encontrar uma composição de produtos que apresente rentabilidade ajustada pelo risco incorrido nos investimentos, levando em conta a relação entre os diversos produtos do portfólio”, destaca Fernando Gabriades, sócio-diretor da MAG Investimentos.

Em um ambiente onde setores variados da Bovespa apresentam crescimento de lucro, boa alavancagem e são negociados com grandes descontos em relação ao seu valor justo, uma gestão dinâmica que acompanha criteriosamente as empresas investidas, equilibrando esses investimentos com posições táticas para proteger a carteira dos principais acontecimentos macroeconômicos, parece ser uma ótima decisão de alocação para geração de valor consistente ao longo do tempo.

A MAG Investimentos, gestora de recursos do grupo Mongeral Aegon, está prestes a lançar um fundo no mercado: o MAG Total Return. O novo fundo entra na classe long biased e visa alcançar ganhos de capital significativos a médio e longo prazo através do mercado de ações, combinando a alocação com uma exposição direcional flexível.

“Fundos que oferecem uma estratégia mais flexível possibilitam que os gestores tenham mais alternativas para buscar uma alocação mais eficiente dos recursos, oferecendo opções de hedge para minimizar perdas e um portfólio de investimentos com uma diversificação mais eficiente”, complementa o executivo.





JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Patrocinador Diamante



Agente Autônomo
de Investimentos



banrisul

CAIXA Asset

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Patrocinador Platinun



investimentos | AI



CONSIGNADO



bradesco

Kinea

uma empresa Itaú



MAG



BB ASSET



GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS

CONSTÂNCIA
INVESTIMENTOS

PRIVATIZA
Agentes Autônomos de Investimentos

CRÉDITO
& MERCADO

Patrocinador Ouro



CAPITAL



Consultoria e Sistemas Previdenciários



INVESTIMENTOS



INVESTIMENTOS



CONSULTORIA E TECNOLOGIA FINANCEIRA



Conectando Excelência e Inovação



GESTÃO PÚBLICA



SISTEMA PARA SPFS



INVESTIMENTOS



investimentos



partners



digital



asset
management



Safr

Quando as menores são maiores que as grandes

Por Giuliano Dedini Zorziotti

Há uma ideia de que Small Caps são um nicho especial de empresas pequenas que buscam seu espaço no mercado, sofrendo às sombras das gigantes. Esse conceito é errado em todos os sentidos. Mas enquanto esse estereótipo perdura, os bons gestores aproveitam a baixa competição.

As Small Caps são um grupo maior e mais plural do que as Large Caps. Também estão longe de serem pequenas, contendo algumas das maiores companhias do país nos seus respectivos segmentos. Por fim, essas empresas estão longe de serem menos rentáveis ou apresentarem menos crescimento do que as grandes.

Pela definição da B3, o Índice Small Caps (SMLL) é composto por empresas que possuam boa negociabilidade, porém que não estejam entre as maiores empresas que, em conjunto, representem 85% do valor de mercado total das empresas listadas na B3.

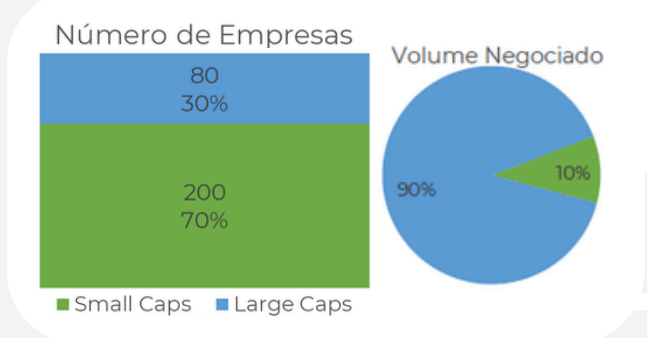
Enquanto isso, o Ibovespa é um índice composto por empresas de maior volume negociado que representem, em conjunto, 85% dos negócios realizados na B3, medido pelo Índice de Negociabilidade. Além disso, o Ibovespa atribui pesos maiores para as empresas mais negociadas, numa espécie de concurso de popularidade retroalimentado.

Como consequência, o Ibovespa agrupa efetivamente apenas 80 empresas, com mais de metade do portfólio concentrado em apenas oito nomes. O Índice Small Caps, por sua vez, agrupa aprox. 120 empresas. Se considerarmos outras empresas com negociabilidade, mas que ficaram fora do Índice, temos um universo de aprox. 200 Small Caps disponíveis, um universo 2,5x maior que o de Large Caps no Brasil.

Ainda assim, a atenção que cada grupo recebe é desproporcional.

Dos aprox. R\$ 20 bilhões negociados diariamente em ações na B3, 90% são destinados as Large Caps, restando apenas 10% desse volume para as Small Caps.

Dentro desse universo mais amplo e menos acompanhado de empresas, vemos algumas das maiores e mais rentáveis empresas do país negociando a preços atrativos.



Gigantes varejistas, indústrias globais e as maiores incorporadoras do país fazem parte deste grupo de Small Caps. O faturamento médio das empresas do SMLL é de R\$ 10 bilhões ao ano, cifra significativa que claramente não sustenta a ideia de que estas são “empresas pequenas”.

Gostamos de Small Caps não porque são ‘pequenas’, mas porque são enormes oportunidades. Quanto menos atenção essas ações receberem, maior a probabilidade de encontrarmos verdadeiras barganhas.

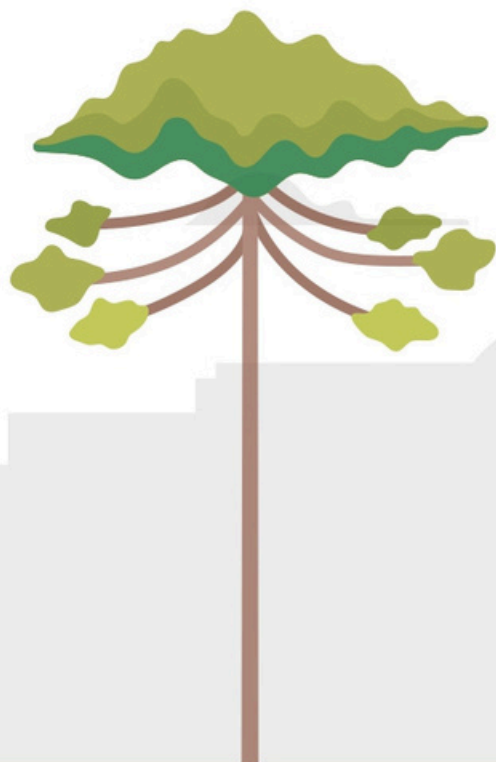
O investidor que for diligente terá mais chances de sucesso buscando oportunidades nesse universo mal acompanhado do que entre as ‘queridinhas’ populares do mercado.



A **confiança** de nossos clientes é nosso **maior ativo**.

A 4UM Investimentos é uma gestora de recursos com mais de duas décadas de experiência, focada em entregar resultados consistentes através de estratégias bem definidas.

Com **mais de R\$7 bilhões** em ativos sob gestão e presença em **mais de 18 estados do Brasil**, a 4UM é referência no mercado previdenciário com seus fundos abertos e suas soluções inovadoras.



- Soluções completas e customizadas na alocação de recursos através de **fundos abertos, exclusivos e carteiras administradas**.
- Mais altos padrões de governança do mercado, possuindo a **avaliação MQ2** pela Moody's desde 2014.
- Equipe técnica **altamente qualificada** e especializada no **segmento institucional**.
- Excelência no atendimento personalizado e melhores níveis de **controle e transparência** do mercado.



Conheça nossos fundos abertos através do QR Code ao lado!



cpr@4um.com.br



www.4um.com.br

Os ciclos econômicos e o longo prazo

Por Daniel Bozz

O mercado financeiro é notório por sua constante e, por vezes, rápida mudança de direção no que diz respeito ao seu rumo. A partir de uma série de pequenos eventos encadeados, nos deparamos com a construção de ciclos econômicos que tornam a dinâmica de quem olha para os indicadores mais palatável.

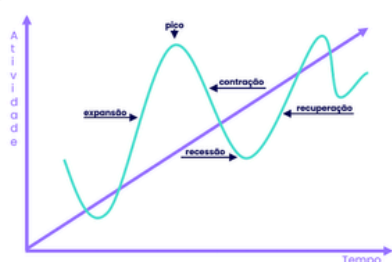
Ao longo do tempo, aliar o entendimento econômico e, especialmente, dar prioridade ao que já temos em mãos – ou seja, investir bem os recursos para que, ainda que de forma parcimoniosa, possamos alcançar um patrimônio maior à frente, sem quedas marcantes – tende a permitir com que o RPPS acumule melhores resultados. Vale destacar que, por termos o tempo ao nosso lado, desviar de fortes correções significará uma maior possibilidade de crescimento sustentável do portfólio.

Os ciclos econômicos representam as flutuações naturais e recorrentes na atividade. Nesse contexto, a diversificação pode se mostrar uma maneira de, ao menos em parte, “driblar” o efeito dos ditos ciclos. Atualmente, a conjuntura econômica mundial sugere a possibilidade de uma moderação da atividade nos próximos meses.

Quais são os sinais que buscamos identificar nesse momento do ciclo?

No que diz respeito à taxa de juros, costumeiramente, o momento econômico da desaceleração é marcado por taxas em trajetória de queda, com bancos centrais tentando fomentar, sobretudo, aqueles setores da economia mais sensíveis à política monetária (indústria e comércio). Ato contínuo, o mercado de trabalho poderá começar a dar indícios de fragilidade ao longo do período de contração do ciclo. Não menos importante, os consumidores estarão com sua confiança abalada e tendem a ser convidados a retomar seus antigos hábitos de consumo, motivados por empresas que passam a sentir o impacto positivo da queda de juros. As características apresentadas não abrangem todas as possibilidades de identificarmos o ciclo econômico ora em curso.

De olho no Brasil, tivemos recentemente uma surpresa positiva na leitura do PIB do segundo trimestre de 2024, indicador que permite medir as riquezas geradas pela economia. Embora o resultado tenha reforçado os sinais de expansão, o que me parece ser o trecho final de uma forte resiliência da atividade econômica vista ao longo dos últimos semestres, esse ímpeto do PIB tende a dar lugar a uma maior moderação nas próximas leituras, conforme o momento de contração sugere no gráfico. Ou seja, se o PIB está em alta e um ciclo econômico sofre uma reversão, mesmo que por fatores externos, esse indicador poderá perder ritmo de crescimento à frente.



Entender e interpretar corretamente o ciclo econômico será fundamental para qualquer estratégia financeira de sucesso, seja você um investidor individual ou membro da gestão de um RPPS. Ao reconhecermos que nossos métodos são mutáveis e passíveis de auferir ganhos nas várias fases do ciclo econômico, estaremos aptos a realizar previsões mais precisas e, em última instância, proteger e maximizar o valor dos ativos sob nossa gestão.



**GALERIA
APE
PREV**



As características dos investimentos em Small Caps e o papel da gestão ativa

Por Luca Valente

A gestão de portfólio visa otimizar a relação risco/retorno dos investimentos, alinhando-os aos objetivos do investidor. Nesse contexto, as small caps – ações de empresas com menor capitalização – destacam-se por oferecer maiores oportunidades de retorno a longo prazo. Embora no Brasil a definição de small caps varie, geralmente inclui empresas com valor de mercado inferior a R\$ 10 bilhões, que hoje representam cerca de 75% do mercado brasileiro.

Apesar de sua grande representatividade, essas ações são frequentemente não consideradas pelos investidores devido à percepção de maior risco e à menor cobertura por analistas de mercado. No entanto, essa falta de atenção pode criar oportunidades de melhores retornos para gestores que realizam análises profundas, uma vez que o mercado é menos eficiente na precificação desses ativos. Para isso, investir por meio de uma gestão ativa e profissional, que tenha expertise na análise de empresas menores, é fundamental.

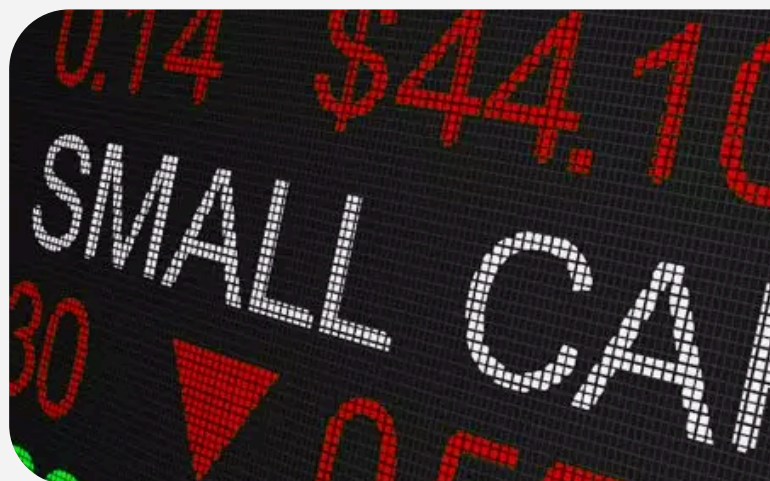
A Organon, gestora especializada em small caps, com fundos de investimentos distribuídos pela Itajubá, possui time capacitado, uma única estratégia de investimento e um histórico de sucesso por mais de uma década. Desde fevereiro de 2013 até 02/09/2024, a Gestora acumula uma rentabilidade aproximadamente 12 vezes a do Ibovespa e 45 vezes a do índice small caps no mesmo período*.

Como qualquer ativo, ações de small caps também possuem riscos. Entre os principais desafios estão a volatilidade e o prêmio de iliquidez, decorrentes do menor volume de negociação. No entanto, essa volatilidade pode ser benéfica para gestores com foco no longo prazo, que conseguem identificar assimetrias entre preço e valor e aproveitar

o descolamento dos preços em relação aos fundamentos.

Da mesma forma, uma gestão ativa e atenta ao tamanho do patrimônio pode mitigar o risco da liquidez limitada dessas ações. Por isso, a Organon prioriza resultados, liquidez e diferenciação para seus investidores.

A estratégia possui um limite de captação de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão – atualmente com R\$ 700 milhões sob gestão – para garantir que o tamanho do fundo não impacte negativamente a performance e a liquidez, mantendo o foco em small caps.



Fonte dos dados: Quantum



Mais de
R\$ 45 BILHÕES
em ativos distribuídos
no Brasil.

Há 16 anos, pioneiros na
distribuição independente de
investimentos para fundos de
pensão, com início da atuação
no mercado de RPPS em 2024.

Na Itajubá Investimentos AI,
visão e inovação caminham lado a lado.
Desbravamos o mercado, apresentando
aos nossos clientes soluções diferenciadas
e oportunidades exclusivas.

Av. Horácio Lafer Nº 160, 1º andar - CJ 11 (Ed. HL Faria Lima)
Itaim Bibi - SP | (11) 2504-2300
www.itajubainvest.com.br

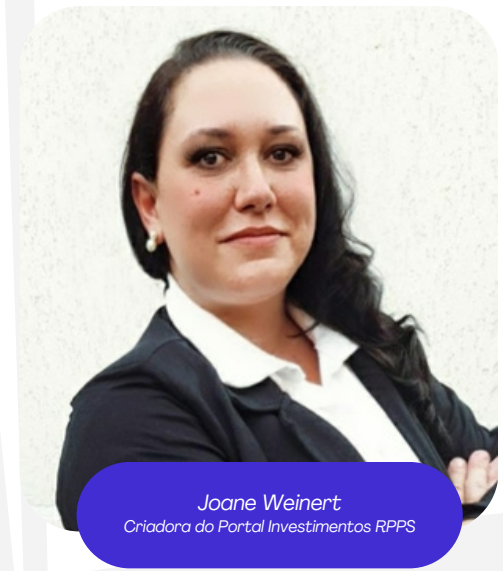


LAI x LGPD: objetivo de cada uma das leis

O direito à informação e o direito à proteção de dados pessoais são direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. A Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei 12.527/2011) é aplicada em todos os entes da administração direta e indireta nos três poderes sempre que houver informação de interesse público. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei 13.709/2018) é aplicada tanto aos entes públicos quanto aos da iniciativa privada, porém, em ambos os casos, o interesse dos dados é particular e intransferível.

É comum encontrar dificuldade na interpretação de ambas as leis pois, além de serem complexas, possuem procedimentos específicos para o tratamento dos dados pessoais. Tanto a LAI quanto a LGPD buscam tratar os dados pautados no tripé confidencialidade, integridade e disponibilidade.

O direito à informação tem o objetivo de dar a máxima divulgação e acesso facilitado aos dados produzidos por órgãos públicos, que devem ser divulgados independente de solicitação. A proteção de dados pessoais, por outro lado, é objetiva, busca “proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (art. 1º da LGPD). O princípio da publicidade dos atos administrativos é a base da LAI. Já a LGPD se diferencia, dentre outros motivos, por proteger e garantir o acesso aos dados ao titular.



Joane Weinert
Criadora do Portal Investimentos RPPS

A Lei de Acesso à Informação – LAI é aplicada a todos os Entes Federativos e vem tratar os atos administrativos em documentos produzidos por órgãos públicos com o objetivo de deixar claro que todo e qualquer ato praticado é acessível a qualquer cidadão, como por exemplo a fiscalização dos processos externos do órgão, como licitações, prestações de contas e execução de obras, salvo arquivos sigilosos.

Já a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD trata os acessos a dados pessoais, coberto pelo princípio de acesso livre por interesse particular, sendo que, apenas o titular dos dados pessoais ou representante legal tem direito em requerer tais suas informações.

Detalhe importante a se levar em consideração é que o Ente Federativo tem autonomia para rejeitar a solicitação, usando a LAI como base. Já na LGPD o Ente Federativo não tem o poder discricionário de decidir, se for dado pessoal de informação particular e de direito do titular. A duas leis possuem entendimentos equivalentes ao que é dado pessoal, as duas leis apresentam em seus artigos, informações pessoais alusivas à vida privada, à intimidade, à honra, à imagem e restrito ao titular dos dados.

Não há uma supremacia de uma lei sobre a outra, mas existem particularidades nas leis. Ambas as legislações são fundamentais para o fortalecimento da democracia e a proteção dos direitos individuais, mas atuam em esferas diferentes—uma voltada para a abertura de dados governamentais e a outra para a segurança e a confidencialidade das informações pessoais, mostrando a importância de equilibrar transparência e privacidade na sociedade contemporânea.



SULPREV[®]

CONSULTORIA & TECNOLOGIA PARA RPPS

Empresa
reconhecida

INSTITUTO
TOTUM

NOSSOS SERVIÇOS

- ✓ Consultoria Previdenciária
- ✓ Software de Gestão para RPPS
- ✓ Censo Previdenciário
- ✓ Adequação à EC 103/2019
- ✓ Mentoria em LGPD para RPPS
- ✓ Educação Previdenciária

**Experiência e
Comprometimento
Permanente**

**ENTRE EM
CONTATO**

(47) 3642-6457
@sulprevconsultoria

Importância da Alocação de Ativos para RPPS

Por Rafael Voivodici

Ao avaliar os investimentos de uma carteira, enfrentamos uma avaliação quase binária: estar certo ou errado sobre a direção do mercado. Em tempos desafiadores, onde investimentos conservadores têm mostrado melhores retornos e os juros estão altos, discutir Asset Allocation (Alocação de Ativos) e a diversificação se torna ainda mais importante, e são vitais para a sobrevivência dos portfólios no longo prazo. Assim, diversificar entre diferentes classes de ativos, como renda fixa, renda variável, crédito privado, fundos multimercados e ativos internacionais, torna-se essencial para mitigar riscos e otimizar retornos ao longo do tempo.

Asset Allocation é um processo crucial na gestão de portfólios de investimentos. Normalmente, a gestão de um portfólio é dividida em duas partes: a decisão de quanto alocar em cada classe de ativos (Macro Alocação) e a estratégia adotada nas escolhas em cada classe de ativos (Asset Selection). Em relação ao tema da macro alocação, esta pode representar mais de 60% do resultado de um portfólio, e para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que gerem ativos de longo prazo para garantir a segurança financeira de seus beneficiários, essa prática é ainda mais importante. Ela envolve a escolha das classes de ativos e os pesos que estas terão para cada perfil de investidor. Os RPPS têm grande responsabilidade na seleção dos ativos para equilibrar a saúde financeira da entidade e de seus beneficiários no longo prazo.

A principal vantagem de uma estratégia bem elaborada de macro alocação é a capacidade de ajustar o portfólio conforme os objetivos específicos de cada RPPS, além de proporcionar proteção contra riscos inflacionários. Um balanceamento adequado proporciona maior segurança ao investidor, que poderá contar com retornos mais previsíveis no longo prazo, mesmo diante de cenários econômicos adversos. É recomendável que o Asset Allocation de carteiras de planos previdenciários seja feito de acordo com as características das obrigações desses planos,

através de técnicas conhecidas como Asset Liability Management (ALM) ou Liability Driven Investments (LDI).

Outros aspectos cruciais da macro alocação são a capacidade de proteger o portfólio contra a volatilidade e a gestão de liquidez. Um gestor atento pode ajustar a composição do portfólio para reduzir a exposição ao risco de mercado, focando na correlação entre os ativos do portfólio. Ativos com baixa correlação tendem a se comportar de forma diferente em diversos cenários de mercado, suavizando as oscilações e proporcionando maior estabilidade ao portfólio.

A gestão de liquidez é um ponto de atenção relevante, principalmente para as carteiras de RPPS. A capacidade de atender a compromissos e obrigações futuras sem sacrificar a rentabilidade do portfólio é um dos principais desafios na construção de uma estratégia eficiente de alocação.

Em resumo, o Asset Allocation em conjunto com uma avaliação ampla de um portfólio é uma ferramenta estratégica e tática imprescindível no processo de investimento na construção de portfólios sustentáveis e resilientes. Para os RPPS, essa prática não só contribui para a diversificação e proteção dos ativos, como também garante que os compromissos futuros com seus beneficiários sejam honrados de forma eficiente e segura.

Entre a experiência
em fundos de crédito
privado e o compromisso
com critérios ESG,

fique com os dois.



Acompanhe
a Bradesco Asset.

 **bradesco**
asset management

O papel da tecnologia na qualidade de vida dos servidores públicos

Por Marcelo Rosa

A tecnologia tem desempenhado um papel fundamental na transformação da sociedade moderna, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas em diversos aspectos. No contexto do serviço público, a tecnologia tem sido uma ferramenta essencial para melhorar a eficiência, a produtividade e a satisfação dos servidores. Uma das principais formas pelas quais a tecnologia tem impactado a qualidade de vida dos servidores públicos é através da automação de processos.

Com o uso de sistemas e softwares especializados, muitas tarefas repetitivas e burocráticas foram automatizadas, liberando os servidores para se dedicarem a atividades mais estratégicas e criativas. Isso não só aumenta a eficiência no trabalho, mas também reduz o estresse e a sobrecarga de trabalho, contribuindo para uma melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Além disso, a tecnologia tem facilitado a comunicação e a colaboração entre os servidores, possibilitando o trabalho em equipe de forma mais eficiente e integrada. Ferramentas como e-mails, mensagens instantâneas e plataformas de colaboração online tornaram a comunicação mais ágil e eficaz, promovendo um ambiente de trabalho mais colaborativo e engajado.

Outro aspecto importante do impacto da tecnologia na qualidade de vida do servidor público é a flexibilidade no trabalho. Com a possibilidade de trabalhar remotamente, os servidores têm mais liberdade para conciliar a vida pessoal e profissional, reduzindo o tempo gasto em deslocamentos e aumentando a sua qualidade de vida.

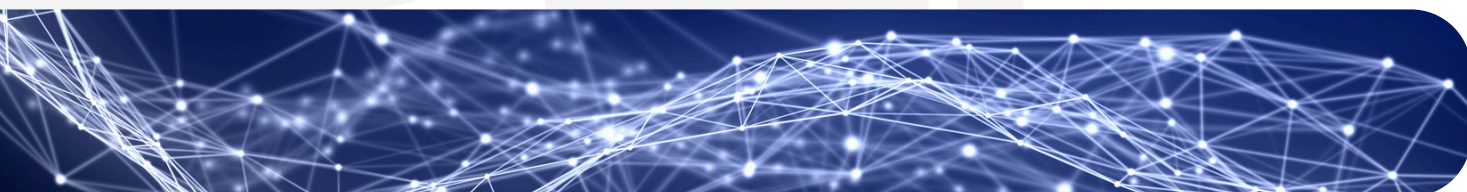
Além disso, a tecnologia também tem permitido a implementação de horários mais flexíveis, adaptados às necessidades individuais dos servidores.

Por fim, a tecnologia tem contribuído para a melhoria dos serviços prestados à população, impactando positivamente a satisfação dos servidores públicos.

Com sistemas mais eficientes e integrados, os servidores conseguem atender de forma mais ágil e eficaz as demandas da sociedade, proporcionando um maior senso de realização e propósito no trabalho.

A tecnologia tem tido um impacto significativo na qualidade de vida dos servidores públicos, promovendo a eficiência, a colaboração, a flexibilidade e a satisfação no trabalho.

É fundamental que as organizações públicas continuem investindo em tecnologia e inovação para garantir um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo para os seus servidores.





Credenciamento inteligente: processo sob medida

Por Gustavo Leite

O credenciamento das instituições no RPPS não é apenas uma formalidade. Ele é o alicerce para garantir que o regime próprio caminhe com segurança em meio a um mercado complexo e, por vezes, turbulento. Cada RPPS tem características únicas, demandas específicas e um contexto particular. Portanto, é fundamental que o credenciamento siga um processo próprio, feito sob medida para aquele RPPS, e não apenas uma adesão passiva ao que as instituições ou consultorias oferecem.

É aqui que o papel das consultorias e das instituições deve ser visto com clareza. Elas devem fazer parte do processo, serem parceiras no desenvolvimento de uma estratégia sólida e transparente. Mas nunca podem ditar as regras. O credenciamento não pode ser um carimbo automático, é um passo essencial que exige análise criteriosa, levando em conta os critérios de cada RPPS.

E quando falamos em processos sólidos, vale lembrar dos episódios recentes que marcaram o segmento de RPPS. Quem acompanha os noticiários sabe dos casos de fundos estressados, que resultaram na atuação de órgãos como a Polícia Federal e o Ministério Público.

Muitos desses desastres poderiam ter sido evitados se houvesse um credenciamento mais rigoroso, feito sob uma análise criteriosa de risco e compliance. Um processo de credenciamento bem desenhado pode blindar o RPPS contra esses infortúnios e garantir uma carteira de investimentos mais segura e confiável.

É responsabilidade das consultorias não apenas auxiliar na criação desse processo, mas também capacitar o Comitê de Investimentos.

Um comitê bem preparado, que entende os riscos e conhece o mercado, está mais apto a tomar decisões com segurança, evitando armadilhas e garantindo a sustentabilidade do regime.

No fim das contas, um credenciamento eficaz é mais do que uma medida técnica. É um compromisso com a sustentabilidade do regime e uma salvaguarda para os nomes das pessoas que participam do processo.

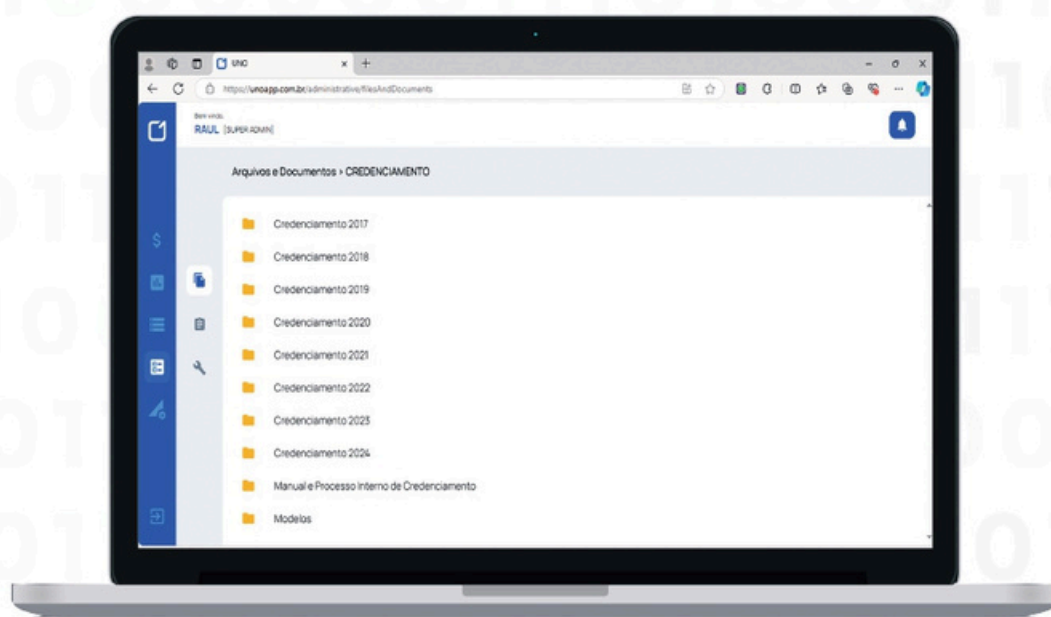


Agilize o Credenciamento do seu RPPS com o Uno.

A LEMA, via **Uno**, reúne a documentação necessária para **credenciamento de todas as instituições, além de manuais detalhados.**

Com **acesso rápido**, seu RPPS cumpre os requisitos legais com **tranquilidade.**

Conheça o Uno, o sistema exclusivo da LEMA para os RPPS.



Escaneie o QR Code e solicite uma proposta.

~~Nem caro, nem barato,~~
que tal experimentar o justo?

LEMA
PARA TODOS OS RPPS.

Fundos para RPPS em tempos de incerteza

Por Ricardo Sommer

Nos tempos atuais, com a quantidade de produtos e possibilidades de investimentos disponíveis, o conhecimento, a rentabilidade e a solidez se tornam fatores fundamentais na hora de escolher uma aplicação. Na Sicredi Asset Management, gestora de recursos do Sicredi, temos mais de 60 fundos em um total de R\$ 130 bilhões sob nossa gestão. Somos a 14ª maior asset em termos de ativos, de acordo com a ANBIMA (dados de julho/24). Gerimos os recursos para nossos associados, nossos donos, e é com este mesmo cuidado que olhamos os recursos dos fundos de pensão.

A atenção dispensada está alinhada com a grande presença que o Sicredi tem em todas as regiões do Brasil, algo que é característico da nossa atuação, estando próximos e conectados de forma única aos nossos associados.

Consequentemente, também mantemos uma relação próxima com os órgãos da administração pública, buscando orientá-los quanto aos melhores produtos e soluções para a saúde financeira de seus funcionários e para o desenvolvimento local.

Essa orientação se torna ainda mais necessária em um momento de incerteza dos cenários econômicos nacional e internacional. Embora indicadores como crescimento do PIB e taxa de desemprego estejam favoráveis no Brasil, o Banco Central encontra dificuldade para trazer a inflação para o centro da meta de 3% ao ano.

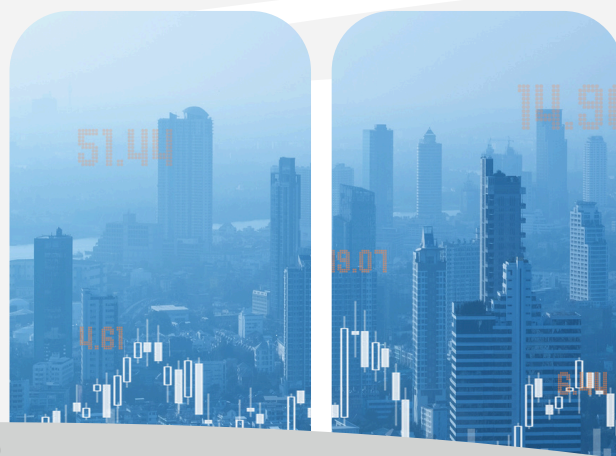
Decidiu, portanto, iniciar um ciclo de elevação de juros, mesmo que estes já estivessem em um patamar restritivo. Esse movimento ocorre em sentido inverso dos Bancos Centrais das principais economias desenvolvidas, que estão reduzindo suas taxas de juros, como fez o banco central norte-americano nesta quarta-feira (18).


Nesse cenário, a diversificação das aplicações se mostra uma estratégia muito importante. Na Sicredi Asset, nossa recomendação tem como pilares os fundos de renda fixa e fundos ações ESG e de Bolsa Americana.

No primeiro grupo, destacamos os fundos Liquidez Empresarial e IRF-M, que têm relação com as taxas de juros de curto prazo e são relevantes para redução da incerteza e para as necessidades de caixa. Pensando na parcela que busca retorno de longo prazo, o nosso fundo IMA-B LP (inflação) tem histórico excelente e ajuda no cumprimento das metas atuariais. Com o mesmo objetivo, ajudando a aumentar o potencial de retorno, o nosso fundo Sicredi Ações Sustentável ESG pode ser uma ótima opção.

Por meio de uma gestão ativa, buscamos retorno superior ao índice S&P/B3 BRAZIL ESG, divulgado pela S&P Dow Jones. Desde a sua criação, no final de 2021, o fundo tem superado o benchmark em mais de 12%. Adicionalmente, é uma forma de manter uma carteira alinhada a um futuro mais sustentável.

Para mais informações os interessados e interessadas podem acessar o site <https://www.sicrediasset.com.br/>





Não são só
soluções financeiras.
É muita parceria
com transparência.

Aqui, no Sicredi, você tem tudo o que precisa para sua vida financeira: conta corrente, cartões, investimentos e muito mais. Nosso atendimento é próximo de verdade, seja no digital, seja em uma das nossas milhares de agências em todo o país. Não é só dinheiro. É ter com quem contar.

Conta Corrente
Cartões
Consórcios
Crédito
Investimentos
Seguros

—
Para você
Para sua empresa
Para seu agronegócio

 **Sicredi**

Abra sua conta
sicredi.com.br

SAC - 0800 724 7220
Deficientes Auditivos
ou de Fala - 0800 724 0525
Ouvidoria - 0800 646 2519



Belém será a primeira capital a conceder empréstimo consignado com funding do RPPS no país

Por Élide Jerônimo

Na tarde do dia 26 de setembro de 2024, o Conselho Previdenciário da BELÉMPREV aprovou por unanimidade a Portaria n. 0824, que regulamenta a política de crédito de empréstimo consignado para servidores, aposentados e pensionistas. A nova norma estabelece uma taxa de juros de 1,58% ao mês, tornando Belém a primeira capital do Brasil a oferecer empréstimo consignado com funding do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Com a aprovação, 13.757 servidores efetivos, 4.488 aposentados e 1.565 pensionistas do município de Belém, que é classificado na letra A da capacidade de pagamento (CAPAG) pela Secretaria do Tesouro Nacional, poderão solicitar o empréstimo.

A BELÉMPREV, que possui o selo de pró-gestão da Secretaria de Previdência, poderá destinar até 10% do seu patrimônio para esses empréstimos, proporcionando uma nova alternativa de crédito aos beneficiários.



A Agenda Assessoria será a responsável pelos serviços técnicos necessários à operacionalização da medida, oferecendo um Sistema de Gestão para Empréstimos Consignados, além de assessoria especializada nas áreas atuarial, contábil, econômica e jurídica.



Nos últimos anos, a Certificação Institucional Pró-Gestão vem ganhando destaque como um importante marco para o fortalecimento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Criada com o objetivo de estabelecer parâmetros de governança, a certificação assegura que os RPPS estejam seguindo boas práticas na gestão dos recursos previdenciários, prezando pela eficiência, sustentabilidade e transparência. A partir de sua implementação, os gestores passam a contar com uma série de diretrizes que não apenas favorecem a segurança jurídica e administrativa, mas também consolidam a credibilidade dessas instituições perante a sociedade e os órgãos fiscalizadores.

Vantagens para os RPPS

A Certificação Institucional Pró-Gestão surgiu como uma resposta à crescente necessidade de aprimorar os processos de gestão dos RPPS. Seu principal objetivo é assegurar que os RPPS adotem práticas de governança que visam à eficiência, transparência e segurança no gerenciamento dos recursos. Entre os benefícios diretos, destaca-se a melhoria na qualidade da gestão, com o aumento do controle sobre os recursos previdenciários, o que reduz riscos administrativos e financeiros.

Além disso, a Certificação Pró-Gestão favorece a transparência nas decisões e procedimentos internos, gerando maior confiança dos segurados e dos órgãos fiscalizadores. Outro ponto positivo é o fortalecimento da credibilidade da instituição perante a sociedade, demonstrando o comprometimento com a melhoria contínua. A certificação também incentiva a capacitação dos gestores e a adoção de medidas que aumentam a eficiência operacional e a sustentabilidade dos RPPS.

Em resumo, ao implementar a Certificação Institucional Pró-Gestão, os RPPS não só otimizam a gestão de recursos, mas também promovem maior segurança jurídica, administrativa e social, refletindo diretamente na qualidade do serviço prestado aos segurados.

A Importância de ter um Sistema de Governança

A governança eficaz é um dos pilares fundamentais para a certificação bem-sucedida dos RPPS. A implantação de um sistema de governança robusto garante que os processos sejam monitorados de maneira adequada, permitindo maior controle, transparência e eficiência na tomada de decisões. Esse sistema é essencial para que a certificação não seja apenas um cumprimento formal de exigências, mas sim um diferencial estratégico que fortalece a estrutura administrativa dos RPPS.

Com um modelo de governança bem estabelecido, o RPPS consegue alinhar suas práticas de gestão com os princípios da Certificação, o que inclui a gestão de riscos, o controle interno e o cumprimento das normas regulatórias. A governança eficaz permite também que os gestores atuem de forma proativa, antecipando-se a possíveis problemas e otimizando os recursos de forma mais eficiente.

Outro ponto relevante é que a governança proporciona maior transparência nos processos decisórios, fundamental para a construção de uma gestão pública eficaz e que atende às expectativas da sociedade. A integração entre governança e Certificação reforça a responsabilidade administrativa, garantindo que a gestão do RPPS esteja sempre orientada para as melhores práticas e a conformidade com as exigências legais.

A Fundamental parceria entre Consultoria e o RPPS

Um dos fatores determinantes para o sucesso na implementação da Certificação Institucional Pró-Gestão é a parceria entre o RPPS e uma consultoria especializada. A consultoria desempenha um papel fundamental ao guiar o RPPS por todo o processo de certificação, desde a análise inicial das práticas adotadas, a adequação completa aos requisitos exigidos até a manutenção da Certificação conquistada.

A expertise técnica das consultorias permite que elas identifiquem os pontos de melhoria e apresentem soluções sob medida para cada RPPS. Além disso, elas auxiliam na preparação da equipe de gestão, oferecendo treinamentos e capacitações que são essenciais para a adequação das práticas administrativas e operacionais.

Uma consultoria experiente ajuda a otimizar o tempo e os recursos do RPPS, evitando erros comuns e acelerando o processo de Certificação. Mais do que isso, o acompanhamento de uma consultoria especializada garante que o RPPS não apenas obtenha a Certificação, mas que também esteja preparado para manter as boas práticas em governança, assegurando a sustentabilidade da gestão a longo prazo.

Expertise da Consultoria: Um diferencial estratégico

A expertise de uma consultoria especializada no processo de implantação e manutenção da Certificação Institucional Pró-Gestão é um fator estratégico para o sucesso. A experiência acumulada em diversas certificações permite que a consultoria compreenda as particularidades de cada RPPS, oferecendo soluções que atendam às necessidades específicas de pequenos, médios e grandes RPPS.

Consultorias com expertise aprofundada possuem conhecimento técnico que facilita a implementação de práticas de governança, identificam riscos potenciais e propõem medidas preventivas. Essa personalização no atendimento é essencial para garantir que cada RPPS desenvolva suas capacidades administrativas de forma adequada, com foco na melhoria contínua.

O papel da consultoria vai além do processo de certificação, fornecendo um suporte contínuo que auxilia o RPPS a se adaptar às mudanças no cenário regulatório e econômico, garantindo uma gestão eficiente e em conformidade com os requisitos legais.

Todos os RPPS são capazes de instituir a Governança com a Certificação Pró-Gestão

Uma das grandes vantagens da Certificação Institucional Pró-Gestão é que ela foi estruturada para ser aplicável a todos os RPPS, independentemente de seu porte. Pequenos, médios e grandes regimes próprios têm capacidade de instituir sistemas de governança eficientes e aderir aos padrões exigidos pela certificação, desde que contem com o suporte técnico adequado.

O processo de Certificação pode ser adaptado às particularidades de cada RPPS, garantindo que os RPPS menores, por exemplo, consigam implantar as práticas de governança de maneira proporcional à sua estrutura e aos seus recursos. Essa flexibilidade é fundamental para que todos os RPPS possam alcançar padrões de excelência, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e segura.

Muitos pequenos e médios RPPS já estão alcançando resultados significativos ao instituírem a governança e conquistarem a certificação, demonstrando que o comprometimento com as melhores práticas não depende do tamanho da instituição, mas sim da vontade de evoluir e garantir a sustentabilidade do RPPS.

Por: **Samanta Zaniquelli**

Diretora de Compliance e Gestão

da Crédito & Mercado Consultoria de Valore Mobiliários

Fale Conosco!

(11) 3074-9414

www.creditoemercado.com.br

licitacoes@creditoemercado.com.br

HMC Capital oferece ao mercado RPPS veículos institucionais da conceituada gestora Vinland Capital

Fundada em 2018 por James Oliveira, ex-sócio do BTG Pactual e ex-CIO da BTG Asset, profissional com mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro, a Vinland Capital é hoje uma das principais gestoras de recursos do Brasil. Inicialmente focada em estratégias Global Macro e Equities, com os fundos **Vinland Macro, Vinland Macro Plus, Vinland Long Bias e Vinland Long Only**, a gestora expandiu suas operações em 2022 com a criação de uma área dedicada a crédito, liderada por Jean-Pierre Cote Gil.

Jean-Pierre traz uma experiência de 25 anos no setor, tendo iniciado sua carreira na S&P, onde atuou por 11 anos como analista de crédito corporativo e estruturado. Posteriormente, ocupou o cargo de head de análise de crédito na Western e gestor dos fundos de crédito do JBFO de 2017 a 2022, quando saiu para integrar a equipe da Vinland. Reginaldo Takara, que assumiu o posto de head de análise de crédito da Vinland em 2023, complementa a equipe. Com passagens por instituições como Santander e Votorantim Asset, Reginaldo também possui 14 anos de experiência na S&P.

A estratégia Vinland Crédito é marcada pela diversificação, entre 50% e 70% dos ativos estão alocados em crédito high grade e uma parcela menor, entre 10% e 20%, em ativos estruturados e high yield. O veículo **Vinland Crédito Institucional**, desenvolvido especificamente para investidores institucionais, segue o mesmo rigor e filosofia, proporcionando retornos consistentes e uma gestão de risco bem definida para atender os investidores desse segmento. Desde seu início, o fundo ocupa o primeiro quartil de retorno entre os fundos de crédito da indústria brasileira.

Já o fundo **Vinland Macro Institucional** segue uma abordagem de alocação macroeconômica global, buscando retorno absoluto por meio de investimentos em renda fixa, juros locais, commodities e crédito. Enquanto o Vinland Renda

Fixa Institucional replica a estratégia de juros locais do tradicional fundo Renda Fixa Ativo da gestora, deixando de lado a alocação em juros globais, a fim de garantir uma exposição mais adequada ao perfil dos clientes institucionais.

Os veículos de renda variável da gestora, **Vinland Long Only e Vinland Long Only Brasil** possuem uma abordagem fundamentalista, que embora possua viés micro, não deixa de considerar o cenário macroeconômico projetado pela equipe macro da casa para compor suas alocações. A estratégia é baseada em uma análise rigorosa para identificar empresas subvalorizadas com potencial de crescimento a longo prazo. Na versão **Vinland Long Only Brasil**, a filosofia e os princípios são os mesmos, mas o portfólio é composto exclusivamente por ações listadas na bolsa brasileira.

Todas as estratégias mencionadas estão disponíveis para atender às necessidades de alocação dos clientes do segmento RPPS, respeitando os limites de enquadramento da resolução CMN 4.963/21.

Plataforma global de investimentos e advisory com foco em ativos alternativos.

R\$ 77,5 bi

sob distribuição*
*junho 2023

70%

do volume investido por Investidores Institucionais

Estratégias globais



Estratégias locais



PREVIDÊNCIA EM QUADRINHOS



A CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS É UMA GESTORA BRASILEIRA QUE UTILIZA ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO BASEADAS EM DADOS E EVIDÊNCIAS.

FUNDADA EM 2009, EM SÃO PAULO, A CONSTÂNCIA FOI PIONEIRA NO USO DE ESTRATÉGIAS SISTEMÁTICAS NO BRASIL, SENDO RECONHECIDA POR SUA ABORDAGEM INOVADORA E PELO COMPROMISSO DE CUIDAR DO PATRIMÔNIO DE SEUS CLIENTES.

GUIADA POR VALORES ESSENCIAIS COMO PIONEIRISMO, PRUDÊNCIA, TRANSPARÊNCIA, EXCELÊNCIA E HUMILDADE, A CONSTÂNCIA BUSCA CONSTANTEMENTE O APERFEIÇOAMENTO, COM O OBJETIVO DE SE ADAPTAR ÀS MUDANÇAS DO MERCADO E OFERECER SOLUÇÕES QUE ENTREGUEM RESULTADOS SÓLIDOS E CONSISTENTES AO LONGO DO TEMPO.

COM UMA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA ROBUSTA, QUE CONTA COM MAIS DE 7 BILHÕES DE REGISTROS ORGANIZADOS EM 2 MIL TABELAS E UMA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE MAIS DE 500 CPUs E 5.000 THREADS SIMULTÂNEOS, A CONSTÂNCIA APOIA SUA GESTÃO EM EVIDÊNCIAS E TECNOLOGIA.

A EDUCAÇÃO É UM PILAR CENTRAL, COM MAIS DE 30 GRAUS ACADÊMICOS AVANÇADOS EM SUA EQUIPE, TENDO SIDO DEDICADAS MAIS DE 80.000 HORAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, REFLETINDO O COMPROMISSO COM O CONHECIMENTO E A PESQUISA CONTÍNUA.

A CONSTÂNCIA ACREDITA QUE O CONHECIMENTO É UM DOS MAIORES ATIVOS, E É POR MEIO DELE, JUNTO COM A TECNOLOGIA, QUE CONTINUA A INOVAR, OFERECENDO SOLUÇÕES DE INVESTIMENTO QUE BUSCAM GARANTIR UM FUTURO FINANCEIRO MAIS TRANQUILO PARA SEUS CLIENTES.

A GESTORA OFERECE SOLUÇÕES DIVERSIFICADAS POR MEIO DE FUNDOS COMO O ABSOLUTO, COVILHÃ E PREVIDENCIÁRIO, ALÉM DE SUA EXPERTISE EM GESTÃO MULTI-ATIVOS E FoFs.

<https://constanciainvest.com.br/>

CONSTÂNCIA
INVESTIMENTOS